

Revista LEX de
**Criminologia &
Vitimologia**

Classificação Qualis/Capes: B4

Editora

Zilá T. Miorelli

Coordenadores da Revista

Cesar Luiz de Oliveira Janoti

Édson Luís Baldan

Oswaldo Henrique Duek Marques

Rodrigo Murad do Prado

Conselho Editorial

Aldo Botana Menezes	Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Alice Bianchini	Javier Llobet Rodríguez (Costa Rica)
Ana Celeste Cardoso Januário (Luanda)	João Mestieri
André Lamas Leite (Portugal)	John Zuluaga (Alemanha)
André Vinícius Espírito Santo de Almeida	Juarez Cirino dos Santos
Antonio Henrique Graciano Suxberger	Juliano de Oliveira Leonel
Carlos Eduardo Adriano Japiassú	Lean Antônio Ferreira de Araújo
Carolina Alves de Souza Lima	Luciano de Freitas Santoro
Celeste Leite dos Santos	Marcus Alan de Melo Gomes
Cesar Barros Leal	Matías Bailone (Argentina)
Cícero Robson Coimbra Neves	Oswaldo Giacoia Júnior
Claudio Brandão	Paula Ramires (Colômbia)
Eduardo Del Campo	Paulo Henrique Aranda Fuller
Elio Lo Monte (Itália)	Raúl Cervini
Ester Kosovski	Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado (Espanha)
Fernando Antunes Soubhia	Rogelio Barba Álvarez (México)
Fernando de Almeida Pedroso	Ryanna Pala Veras
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso	Sacha Darke (Inglaterra)
Flávia Chaves Nascimento Brandão Penna	Silvio Luís Ferreira da Rocha
Francesco Schiaffo (Itália)	Tiago Oliveira de Castilhos
Gustavo Noronha de Ávila	Valerio de Oliveira Mazzuoli
Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	Waldir Severiano de Medeiros Júnior

v. 6 n. 16
janeiro/abril 2026

LEX
E D I T O R A

© **REVISTA LEX DE CRIMINOLOGIA & VITIMOLOGIA**

Publicação quadrimestral da LEX Editora S/A, à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

Os conceitos emitidos nos trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores.

Artigos podem ser encaminhados via site (<http://www.lex.com.br/enviar-doutrina>).

Publicação com distribuição em todo o território nacional.

Revista LEX de Criminologia & Vitimologia

n. 16 (jan./abr. 2026).- Porto Alegre: LEX, 2026

- Quadrimestral. Coordenação: Cesar Luiz de Oliveira Janoti, Édson Luís Baldan, Oswaldo Henrique Duek Marques e Rodrigo Murad do Prado

ISSN 2763-6216

1. Direito Penal – Criminologia – Periódico. 2. Direito Penal – Vitimologia – Periódico.

CDU 343.9(05)

CDU 343.988(05)

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

LEX Editora S/A

Diretora: Marlene Imhoff

Rua 18 de Novembro, 423

Porto Alegre/RS - CEP 90240-040

www.lex.com.br

sac@lex.com.br

Serviço de Atendimento: 51 3191-3033

SUMÁRIO

Apresentação5

Doutrina Nacional

Aplicações do pragmatismo jurídico aos crimes contra as mulheres: da necessária sobretarifação do depoimento da vítima

Motauri Ciocchetti de Souza e Tatiana Gorenstein 7

A crítica penal no constitucionalismo contemporâneo: entre o garantismo e a expansão do poder punitivo

Sara Azevedo de Matos e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger.....37

Necropolítica e violência estrutural no cárcere brasileiro: o estado de coisas inconstitucional reconhecido na ADPF 347

Bruna Schneider e Lenice Kelner61

A proporcionalidade como limite do poder punitivo: um diálogo entre Voltaire e Winfried Hassemer na tutela da liberdade individual

Alessa Sanny Lima Pereira, Izabela Maria Thomaz Storel, Julia Vital dos Santos e Renata Sucena Pastore.....83

Criminologia do reconhecimento: o teto de vidro e chão pegajoso como barreiras de poder no sistema penal

Sara Azevedo de Matos..... 105

Avessos de um discurso hipócrita no âmbito das violências sexuais e domésticas: a prova tarifada

Tiago Oliveira de Castilhos 123

Litígios estruturais e segurança pública: entre a legitimidade do Supremo Tribunal Federal e a efetividade das instâncias ordinárias

Vinicius Almeida Bertaia 133

O crescimento exponencial da influência da teoria do direito penal do inimigo na legislação brasileira

Thaís Galba Ramos de Souza e Rogério Costa da Silva 159

Polícia Militar: uma análise sobre a (i)legalidade da atuação policial em estádios de futebol

Rafael Wagner Bilibio 173

Diretrizes para submissão de artigos doutrinários 189

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o número dezesseis da *Revista LEX de Criminologia & Vitimologia (RLCV)*, iniciando o sexto ano de publicação do periódico.

Publicada em formato físico e eletrônico pela LEX Editora, a revista destina-se à produção científica, ao estímulo do debate técnico e à divulgação de estudos sobre Criminologia e Vitimologia.

Por englobarem estudos interdisciplinares, a Criminologia e a Vitimologia possuem vinculação com outras disciplinas, como a Psiquiatria, a Psicanálise, o Direito, a Sociologia, a Política Criminal, a Assistência Social, a Economia, a Estatística, a Ciência Política, a Antropologia etc., motivo pelo qual contamos com a publicação de artigos de autores nacionais e estrangeiros de diversas áreas do conhecimento.

Abrimos a edição com o artigo escrito por Motauri Ciocchetti de Souza e Tatiana Gorenstein, intitulado *Aplicações do pragmatismo jurídico aos crimes contra as mulheres: da necessária sobretarifação do depoimento da vítima*. O estudo trata das bases do pragmatismo jurídico e do contexto social e jurídico que envolve o depoimento oral da vítima dentro dos crimes contra a mulher, objetivando discutir se existe a necessidade de se sobrevalorar esta prova dentro do processo penal brasileiro.

Logo após, o estudo *A crítica penal no constitucionalismo contemporâneo: entre o garantismo e a expansão do poder punitivo*, de autoria de Sara Azevedo de Matos e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, analisa as tensões entre o modelo garantista consagrado pela Constituição Federal de 1988 e a expansão do poder punitivo no Brasil contemporâneo. A pesquisa parte do pressuposto de que o constitucionalismo brasileiro adota formalmente uma lógica de proteção de direitos fundamentais, mas, na prática penal, opera em sentido oposto, influenciado por discursos populistas e demandas sociais por segurança.

Bruna Schneider e Lenice Kelner participam da edição com a pesquisa intitulada *Necropolítica e violência estrutural no cárcere brasileiro: o estado de coisas inconstitucional reconhecido na ADPF 347*. Nele, as autoras analisam o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro declarado pelo STF no julgamento da ADPF nº 347, examinando de que forma essa decisão evidencia a violação sistemática de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

Continuamos com o artigo *A proporcionalidade como limite do poder punitivo: um diálogo entre Voltaire e Winfried Hassemer na tutela da liberdade individual*, escrito por Alessa Sanny Lima Pereira, Izabela Maria Thomaz Storel, Julia Vital dos Santos e Renata Sucena Pastore. As autoras investigam os limites do poder punitivo estatal a partir da análise do princípio da proporcionalidade como ponto de conexão entre o pensamento

iluminista de Voltaire e a teoria do Direito de Intervenção de Winfried Hassemer. Buscam demonstrar o modo como a proporcionalidade pode atuar como critério jurídico e ético de contenção da intervenção estatal, sob a ótica da crescente difusão do sistema sancionador no âmbito penal e administrativo, com foco na tutela da liberdade individual.

Sara Azevedo de Matos apresenta o texto *Criminologia do reconhecimento: o teto de vidro e chão pegajoso como barreiras de poder no sistema penal*. A autora parte da hipótese de que as desigualdades de gênero que atravessam as instituições penais e os processos de criminalização não se expressam apenas como barreiras funcionais ou organizacionais, mas como mecanismos centrais de distribuição desigual de valor social, legitimidade institucional e dignidade.

Na sequência, temos o estudo *Avessos de um discurso hipócrita no âmbito das violências sexuais e domésticas: a prova tarifada*, escrito por Tiago Oliveira de Castilhos. O autor questiona se existe ou não prova tarifada no processo penal, vinculada ao âmbito da violência contra as crianças e adolescentes, no ambiente familiar.

A pesquisa escrita por Vinícius Almeida Bertaia, intitulada *Litígios estruturais e segurança pública: entre a legitimidade do Supremo Tribunal Federal e a efetividade das instâncias ordinárias*, analisa a adequação institucional do Supremo Tribunal Federal na condução de litígios estruturais em segurança pública, tomando como estudo de caso a Suspensão de Liminar 1696 sobre a violência policial em São Paulo.

Continuando a Doutrina, temos o artigo intitulado *O crescimento exponencial da influência da teoria do direito penal do inimigo na legislação brasileira*, escrito por Thaís Galba Ramos de Souza e Rogério Costa da Silva, que analisam algumas tipificações penais que adotam, ainda que de maneira mitigada, a Teoria do Direito Penal do Inimigo, desenvolvida pelo doutrinador alemão Gunther Jakobs, e tratam o investigado como o inimigo, despojando-o de seus direitos e de suas garantias constitucionais.

Finalizamos a Doutrina com o estudo apresentado por Rafael Wagner Bilibio com o título *Polícia militar: uma análise sobre a (i)legalidade da atuação policial em estádios de futebol*. O autor analisa a atuação da Polícia Militar em estádios de futebol perante a legalidade administrativa, principalmente quanto aos limites entre o interesse público e o interesse privado na segurança desses eventos.

Como coordenadores desta Revista, esperamos que ela seja um periódico de excelência na Criminologia e na Vitimologia para os interessados em seus temas nas diversas áreas do conhecimento.

Cesar Luiz de Oliveira Janoti

Édson Luís Baldan

Oswaldo Henrique Duek Marques

Rodrigo Murad do Prado